



EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026/CMPB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026/CMPB

PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO**, torna público para conhecimento dos interessados que fará cotação eletrônica, visando a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, a ser realizada na forma **ELETRÔNICA**, por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado LICITANET, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa conforme as disposições descritas neste edital e seus anexos.

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e download, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	
Data da Sessão	02 de junho de 2026.
Horário da Fase de Lances	das 09h às 15h. (horário de Brasília-DF)
Link da Plataforma de disputa	www.licitanet.com.br
Exclusivo ME/EPP	Sim
Valor Estimado da Aquisição	R\$: 7.058,72 (sete mil, cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Aquisição de materiais elétricos básicos de uso comum – lâmpadas, luminária, fios e outros, destinados à manutenção corretiva e preventiva, bem como à melhoria da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, conforme quantitativo, especificações e valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será dividida em itens, conforme especificação detalhada no Termo de Referência, facultando ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.3. A aquisição dos materiais, condições, quantidades, exigências e especificações serão



conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital, que será processada e julgada em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações e a Resolução nº 543, de 20 de junho de 2023, que regulamenta os procedimentos de contratação direta para a aquisição de bens e contratação de serviços, de que trata a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Pimenta Bueno - RO.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. Poderão participar desta dispensa as pessoas jurídicas que atendam às condições deste EDITAL e seus ANEXOS, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site <https://licitanet.com.br>.

2.2. A participação nesta dispensa de licitação será restrita as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07), e empresários individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que estiverem devidamente cadastradas junto à **LICITANET – Licitações On-line**.

2.3. A participação na Dispensa Eletrônica se dará por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do proponente e subsequente encaminhamento da proposta de preços exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecido.

2.4. Caberá ao proponente acompanhar atentamente as operações da Plataforma Eletrônica durante a sessão pública da dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens enviada pela Plataforma Eletrônica ou pela desconexão.

2.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do proponente, não sendo a Câmara Municipal de Pimenta Bueno-RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.

2.6. Não será admitida nesta dispensa de licitação a participação de pessoas jurídicas que:

a) estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 14 da Lei nº



14.133/2021, salvo se comprovar a sua reabilitação;

b) incidir no estipulado no art. 9.º da Lei n.º 14.133/21; Incurrer em outros impedimentos previstos em lei;

c) incorrer em outros impedimentos previstos em lei;

d) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

e) A empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente;

f) que não atendam às condições deste EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO e seu(s) anexo(s).

2.6.1. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de



adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; **f)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

i) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do participante na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O participante interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Para participar da dispensa eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico de contratações através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.4. A participação na Dispensa Eletrônica se dará exclusivamente através do HOME BROKER, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do participante o sigilo da senha, bem como seu uso em



qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line responsabilidades por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O cadastramento do participante junto a Plataforma Eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.8. Os valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.8.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00h (horário oficial de Brasília-DF) da data estabelecida neste EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO a sessão pública terá início com o envio dos lances em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

4.2. O participante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para a totalidade do item que estiver cotando, sob a pena de desclassificação do mesmo.

4.3. Os participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.4. Os participantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

4.5. O participante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.



4.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

4.7. Durante a Sessão Pública da Dispensa de Licitação, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada terminantemente a identificação do detentor do lance.

4.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os participantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do Agente de Contratação, bem como eventual negociação de valores.

4.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva desta Dispensa de Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta Dispensa de Licitação será suspensa e terá reinício somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, nos campos específicos de avisos.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

5.2. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação visando a adequação ao valor orçado.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a



contratação.

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa Eletrônica.

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital e seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da



proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Contratação Direta.

6. EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATÓRIO, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. Para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.

6.3. Documentos Relativos à Regularidade Jurídica

6.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.3.2. Cópia autenticada da Cédula de identidade e do CPF dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;

6.3.3. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere



amplios poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório; esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

6.3.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

6.3.4.1. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

6.3.8.1. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

6.3.8.2. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

Obs. Os participantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa são condizentes com as especificações do objeto, consultando a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br>, ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/ prestação de serviços, no contrato social. Caso não conste autorização para comercialização do produto ou prestação de serviço solicitado, a CÂMARA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO interpretará que o licitante teve a intenção de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

6.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal, social e Trabalhista

a) Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativo Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;

d) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;



e) Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

6.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

6.5. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

6.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 60 (SESSENTA) DIAS.

6.5.2. Por se tratar de contratação/aquisição de serviços/bens de baixo valor, fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial e as demais peças contábeis.

7. DECLARAÇÕES

a) Declaração Unificada (Anexo III)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- ✓ Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
- ✓ Inexistem fatos supervenientes ao seu cadastramento junto a Câmara de Vereadores do Município de Pimenta Bueno, impeditivos para a sua habilitação na presente licitação.

b) Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Anexo IV)

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação do processo, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho para a entrega do(s) material(is) correspondente(s).

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua notificação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2.1. O prazo aceitação da Nota de Empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações



previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela



conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



9.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor / adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. A despesa decorrente da aquisição dos materiais correrá, no exercício de 2026, à conta do orçamento da Câmara de Vereadores do Município de Pimenta Bueno, no elemento de despesa 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. São obrigações do Contratante

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com os documentos integrantes do presente processo de contratação;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

11.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.1.5. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

11.1.6. Acompanhar e Fiscalizar a entrega dos materiais e o cumprimento das obrigações pelo contratado;



11.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato ou Instrumento Equivalente e no Termo de Referência;

11.1.8. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante.

11.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. São obrigações do Contratada:

11.2.1. Cumprir fielmente as exigências da contratante, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

11.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CMPB;

11.2.3. Responder pelos danos causados diretamente a CMPB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

11.2.4. Responder ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da CMPB quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

11.2.5. Comunicar ao setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

11.2.6. Manter durante toda a execução do objeto, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.

11.2.7. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização e acompanhamento, os produtos no qual verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.2.9. Efetuar comunicação ao contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade da realização da entrega dos materiais no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

12. DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. O material deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, localizada no endereço Avenida Castelo Branco, 930 – CEP 76970-000, Bairro Pioneiros, ou no Almoxarifado da Câmara Municipal definido no momento da entrega. As entregas deverão ser realizadas nos horários de expediente administrativo, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 13h, salvo acordo prévio formalizado com o responsável pelo Almoxarifado.

12.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, que deverá emitir relatório de inspeção ou documento equivalente, detalhando eventuais não conformidades em relação às especificações constantes neste Termo de Referência.

12.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo. A contratada deverá realizar a substituição no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação, sem custos adicionais para a Administração Pública. Caso não seja cumprido o prazo, poderá ser aplicada penalidade, conforme previsto no contrato ou legislação aplicável.

12.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade em relação à qualidade e quantidades especificadas, sendo formalizado por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente elaborado pelo responsável pela fiscalização.



12.6. Na hipótese de a verificação referida no subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, o recebimento definitivo será considerado consumado no dia do esgotamento do prazo.

12.7. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento e aceitação da nota de empenho, salvo se outro prazo for formalizado e acordado entre a Administração e a contratada.

12.8. A CMPB, conforme disposto no Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, designará representantes para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais desta contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.9. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13. DO PAGAMENTO

13.1 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos materiais, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, número do empenho, e o número da Conta Bancária da futura CONTRATADA, para depósito do pagamento que deverá ser efetuado no prazo máximo de até (dez dias) úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

13.2. A liquidação da despesa deverá ocorrer no prazo de 10 (dez dias) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.3. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE, a partir da análise do Controle Interno da CMPB, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.

13.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



13.5. Para cada Nota de Empenho emitida pela Administração, a contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado, não sendo admitida a emissão de nota fiscal englobando empenhos distintos.

13.6. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar em definitivo a execução do objeto do contrato.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal, constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto, informando, ainda, o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

13.9. A CONTRATADA deverá apresentar junto ao documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

I – Certidão de Regularidade como FGTS;

II – Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal;

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

IV – Certidão de Regularidade Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

13.10 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

I = Índice de compensação financeira (0,0164), assim apurado: $[6 \text{ (taxa percentual anual)} / 365 \text{ (dias)} = 0,0164]$;

N = Número de dias entre a data limite para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela paga.



13.10. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, inclusive, quando for o caso, as retenções previstas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, que altera a INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 e estabelece a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) pelos Órgãos, Unidades Administrativas (Secretarias, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações), sobre todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos realizados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O procedimento será divulgado no <https://licitanet.com.br/>, no site da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratação Públicas, e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

14.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

14.2.1. Republicar novo prazo para o envio de lances;

14.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

14.2.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

14.2.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

14.3. As providências dos subitens 13.2.1 e 13.2.2. acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

14.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste EDITAL, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



14.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.11. Em caso de divergência entre disposições do Edital e as demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.13. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo Carta Proposta;

ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta;

ANEXO IV – Modelo Declaração Micro Empresa EPP.



CÂMARA MUNICIPAL
PIMENTA BUENO

COMPRAS E LICITAÇÃO

15. DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pimenta Bueno/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Pimenta Bueno – RO, 27 de maio de 2026.

Thiago Rafael Lisowski Nascimento
Agente de Contratação
Portaria nº 027/CMPB/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026/CMPB

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos básicos de uso comum – lâmpadas, luminária, fios e outros, destinados à manutenção corretiva e preventiva, bem como à melhoria da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, conforme quantitativo, especificações e valores que estão descritos abaixo:

Item	Descrição do Item	Un	Qtd	Valor Unit. Médio	Valor Total Médio
1	Luminária LED Quadrada de Embutir em forro de gesso, cor branca, Luz Branca, potência de 30 watts, dimensões de 40 cm x 40 cm, tensão bivolt automático (110V/220V), temperatura de cor 6000K (luz branca fria), corpo em alumínio e difusor em acrílico leitoso para melhor distribuição da luz, índice de proteção mínimo IP20, com vida útil mínima de 25.000 horas e fator de potência $\geq 0,90$. Deve acompanhar kit completo para instalação: molas, driver externo para se conectar à rede, e acessórios. Marca de referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior).	Un	20	R\$: 113,33	R\$: 2.266,60

2	<p>Luminária LED Quadrada de Embutir em forro de gesso, cor branca, Luz Branca, potência de 12 watts, dimensões de 17 cm x 17 cm, tensão bivolt automático (110V/220V), temperatura de cor 6000K (luz branca fria), corpo em alumínio e difusor em acrílico leitoso para melhor distribuição da luz, índice de proteção mínimo IP20, com vida útil mínima de 25.000 horas e fator de potência $\geq 0,90$. Deve acompanhar kit completo para instalação: molas, driver externo para se conectar à rede, e acessórios. Marca de referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior).</p>	Un	14	R\$: 27,68	R\$: 387,52
3	<p>Luminária LED Quadrada de Embutir em forro de gesso, cor branca, potência de 18 watts, dimensões de 22 cm x 22 cm, tensão bivolt automático (110V/220V), temperatura de cor 6000K (luz branca fria), corpo em alumínio e difusor em acrílico, com vida útil mínima de 25.000 horas e índice de proteção IP20 com vida útil mínima de 25.000 horas e fator de potência $\geq 0,90$. Deve acompanhar kit completo para instalação: molas, driver externo para se conectar à rede, e acessórios. Marca de referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux,</p>	Un	40	R\$: 33,49	R\$: 1.339,60

	Brilia (qualidade similar ou superior).				
4	Luminária LED Quadrada de Embutir em forro de gesso, cor branca, potência de 24 watts , dimensões de 30 cm x 30 cm , tensão bivolt automático (110V/220V), temperatura de cor 6000K (luz branca fria), corpo em estrutura metálica ou alumínio com difusor em material translúcido para distribuição homogênea da luz, índice de proteção IP20, vida útil mínima de 25.000 horas e fator de potência $\geq 0,90$. Deve acompanhar kit completo para instalação: molas, driver externo para se conectar à rede, e acessórios. Marca de referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior).	Un	10	R\$: 39,84	R\$: 398,40
5	Spot de embutir redondo em LED, dimensões, 11x11 cm, modelo direcionável, potência de 9W, tensão bivolt automático (100–220V), temperatura de cor branco neutro (4000K), ângulo de abertura adequado para iluminação interna, fluxo luminoso compatível com a potência, corpo confeccionado em alumínio ou material equivalente ou superior de alta resistência, acabamento na cor branca ou similar, próprio para instalação embutida em	Un	20	R\$: 16,81	R\$: 336,20



	forro de gesso, deve vir incluso: Driver externo ou integrado ao corpo da luminária ou mecanismo equivalente e sistema completo de fixação por presilhas ou mecanismo equivalente, vida útil mínima aproximada de 25.000 horas, produto novo, devendo atender às normas técnicas vigentes. Marca De Referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior).				
6	Cabo Flexível 1,5mm – Cabo elétrico flexível 1,5mm ² , isolamento em PVC 750V, condutor de cobre eletrolítico, conforme ABNT NBR 13249. Cor Azul. Marca de referência: Lamesa (ou equivalente de igual ou superior qualidade).	Metros	25	R\$: 2,61	R\$: 65,25
7	Cabo Flexível 1,5mm – Cabo elétrico flexível 1,5mm ² , isolamento em PVC 750V, condutor de cobre eletrolítico, conforme ABNT NBR 13249. Cor vermelho. Marca de referência: Lamesa (ou equivalente de igual ou superior qualidade).	Metros	25	R\$: 2,61	R\$: 65,25
8	Refletor Led 100w Holofote Prova Dágua Ip65 Frio Cor Da Carcaça Preto Cor Da Luz Branco-frio 110v/220vRefletor LED tipo holofote, potência de 100 watts, tensão bivolt automático (110V/220V), temperatura	Un	4	R\$: 70,05	R\$: 280,20

	de cor 6000K (luz branca fria), corpo em alumínio fundido de alta resistência, carcaça na cor preta com pintura eletrostática, lente de vidro temperado de alta resistência. Índice de proteção IP65 (adequado para instalação externa, resistente à poeira e à imersão temporária em água). Fluxo luminoso mínimo de 8000 lúmens, vida útil mínima de 25.000 horas, fator de potência $\geq 0,90$, alta eficiência energética. Produto deverá ser fornecido completo, pronto para instalação, com suporte ajustável para fixação. Marca De Referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior).				
9	Relé fotocélula automático, QR51, bivolt (127/220V), corpo em termoplástico de alta resistência. Suporte tipo em L. Sensor Fotoelétrico. Marca de referência: qualitronix (corujito).	Un	7	R\$: 30,64	R\$: 214,48
10	Refletor holofote LED 200w para uso externo, bivolt, branco frio (6500k), corpo em alumínio fundido de alta resistência, carcaça na cor preta com pintura eletrostática, lente de vidro temperado de alta resistência. Índice de proteção IP65 (adequado para instalação externa, resistente à poeira	Un	10	R\$: 72,18	R\$: 721,80

	e à imersão temporária em água). Vida útil mínima de 25.000 horas, fator de potência $\geq 0,90$, alta eficiência energética. Produto deverá ser fornecido completo, pronto para instalação, com suporte ajustável para fixação. Marca De Referência: Blumenau, Elgin, Foxlux, Ourolux, Brilia (qualidade similar ou superior)				
11	Filtro de linha, comprimento do cabo com no mínimo 3 metros de fios, 5 Tomada, 10ª, tensão 100 a 240v, com indicador luminoso de funcionamento, proteção contra sobrecarga, com disjuntor rearmável, bivolt, cor preto, material de plástico. (Marca de Referência: Intelbrás. (qualidade similar ou superior.	Un	6	R\$: 55,92	R\$: 335,52
12	Fita isolante elétrica de 10 m, Filme de PVC com adesivo à base de borracha, anti-chamas resistente.	Un	10	R\$: 10,67	R\$: 106,70
13	Conector Compacto De Emenda rápido de alavanca de 2 Via, Material de isolamento Policarbonato resistente, Acomodar cabos de 0,2 mm² até 6 mm², bivolt (127/220), Intensidade de corrente elétrica mínimo de 32A, Grau de proteção: IP 20. Marca referência igual ou superior: GOTEN, WAGO (221-612)	Un	60	R\$: 9,02	R\$: 541,20
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AQUISIÇÕES				R\$: 7.058,72	

1.2 Todos os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as estabelecidas pela ABNT e certificações obrigatórias do INMETRO, sempre que aplicáveis.

1.3 DA GARANTIA DOS MATERIAIS

1.3.1 A garantia dos materiais deverá observar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, para bens duráveis, contados a partir do recebimento definitivo. Caso o fabricante ofereça garantia superior, esta deverá prevalecer, obrigando-se o fornecedor a cumpri-la integralmente.

1.3.2 Durante o prazo de garantia, o contratado deverá promover a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação, avarias decorrentes de transporte ou inadequada acomodação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo se prazo diverso e mais benéfico for estabelecido pelo fabricante.

1.3.3 Toda e qualquer despesa decorrente da execução das condições de garantia ou assistência técnica ficará inteiramente a cargo da empresa fornecedora, bem como a responsabilidade pelo aparelho e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda da Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos.

1.3.4 As propostas deverão ser apresentadas com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

1.4 JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCAS/MODELO COMO MERA REFERÊNCIA

1.4.1. Muito embora nos procedimentos licitatórios seja vedada a realização disputa cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, não afasta por completo a indicação de marca como mera referência em editais, não se tolerando qualquer conduta tendente a vedar a participação de outras marcas.

1.4.2. De acordo com o TCU, Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame

demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. Essa indicação não impede o licitante de apresentar outra marca, todavia, ela deve possuir padrão de qualidade melhor ou similar as de referência. (TCU, Acórdão 113/2016, Plenário).

1.4.3. O artigo 41 da Lei 14133/2021 indica que no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

2. QUANTIDADE

2.1 As quantidades foram previstas, tendo por base a utilização dos itens em exercícios anteriores, elaborado pelo setor de almoxarifado da Câmara Municipal.

2.2 O *item 14* refere-se a material com especificação mais atualizada em relação aos anteriormente utilizados pela Administração, sendo incluído na presente contratação com o objetivo de promover a modernização das instalações e maior eficiência na manutenção predial da Câmara Municipal. A estimativa da quantidade foi realizada com base na necessidade identificada pelo setor demandante.

3 FUNDAMENTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação visa à aquisição de materiais elétricos essenciais para a manutenção e modernização da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Pimenta Bueno. A medida

busca garantir segurança, eficiência energética e conformidade com as normas técnicas, assegurando a continuidade das atividades legislativas e administrativas em ambiente adequado.

3.2 Além de prevenir falhas e riscos operacionais, a iniciativa promove a economia de recursos públicos por meio da redução de manutenções emergenciais e do aumento da vida útil dos sistemas de iluminação.

3.3 A presente contratação fundamenta-se nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que dispõe o **art. 75, inciso II**, que prevê a possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação para compras e serviços de pequeno valor, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...) II – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

3.4 Considera-se, ainda, a atualização dos limites de dispensa de licitação conforme estabelecido pelo DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025, que reajustou os valores aplicáveis, atualmente fixados em R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) para contratações de outros serviços e compras. Essa atualização garante que o procedimento esteja em total conformidade com a nova legislação e os parâmetros de controle fiscal.

3.5 Além da Lei nº 14.133/2021, esta contratação incorpora os princípios e diretrizes da Administração Pública, tais como a publicidade, a transparência, a economicidade e a isonomia. Ademais, a fundamentação se vincula aos dispositivos previstos na Resolução nº 543/2023, que regulamenta os procedimentos de contratação direta no âmbito da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, bem como às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações correlatas que asseguram a proteção do interesse público.

3.6 A dispensa de licitação é justificada pela observância dos critérios legais, considerando que:

3.6.1 O valor da contratação se enquadra nos limites estabelecidos;

3.6.2 O objeto a ser contratado apresenta características e especificações que permitem a comparação entre propostas, garantindo a competitividade e a segurança jurídica do procedimento;

3.6.3 A contratação direta possibilita a celeridade na aquisição dos materiais essenciais para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Pimenta Bueno.

3.7 Este Termo de Referência vincula-se ainda aos seguintes documentos:

3.7.1 Proposta de Preços da Contratada;

3.7.2 Contrato e/ou Nota de Empenho;

3.7.3 Demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 119/2026, que, independentemente de transcrição, fazem parte complementar deste instrumento.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A solução adotada para atendimento da demanda da Câmara Municipal de Pimenta Bueno consiste na aquisição de materiais elétricos de uso comum, tais como lâmpadas, luminárias, fios, cabos, refletores e demais acessórios de instalação elétrica, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva da infraestrutura elétrica dos ambientes administrativos, observando-se as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.2 Os materiais a serem adquiridos possuem características padronizadas de mercado, ampla disponibilidade comercial e baixa complexidade técnica, sendo adequados para utilização em serviços de manutenção e melhoria do sistema de iluminação e das instalações elétricas da edificação pública.

4.3 Na definição da solução foram considerados os aspectos relacionados ao **ciclo de vida do objeto**, abrangendo as etapas de aquisição, utilização e eventual substituição dos materiais. Nesse sentido, priorizou-se a seleção de produtos que apresentem maior durabilidade, eficiência energética e qualidade, de modo a reduzir custos de manutenção e assegurar melhor desempenho durante sua utilização nas dependências da Câmara Municipal.

4.4 Ao final de sua vida útil, os itens poderão ser substituídos dentro de rotinas regulares de manutenção predial, com observância das práticas de descarte ambientalmente

adequadas, promovendo a destinação correta de resíduos eletrônicos e materiais metálicos, em respeito aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, conforme preconiza o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.5 A escolha da solução, portanto, respeitou os princípios da planejamento eficiente, economicidade, padronização e sustentabilidade, assegurando que o objeto contratado atenda satisfatoriamente às necessidades da Administração ao longo de todo o seu ciclo de vida, maximizando os benefícios para a coletividade e racionalizando o emprego dos recursos públicos.

4.6 Os itens a serem adquiridos apresentam **ampla oferta no mercado**, sendo comumente comercializados por fornecedores do ramo, o que favorece a competitividade e a obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

4.7 A aquisição dos materiais será realizada por contratação direta, mediante dispensa de licitação, na forma eletrônica, conforme previsto na lei nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos administrativos aplicáveis.

4.8 A contratada será responsável por:

4.8.1 Realizar a entrega dos itens de acordo com as especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência;

4.8.2 Garantir a qualidade e a conformidade técnica dos produtos entregues;

4.8.3 Respeitar os prazos estabelecidos para entrega e reposição de itens rejeitados.

4.9 Serão priorizados materiais que observem critérios de sustentabilidade ambiental, como o uso de embalagens recicláveis e produtos biodegradáveis, quando aplicável, em conformidade com as boas práticas de contratações públicas.

4.10 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais e emitirá relatórios de conformidade para cada entrega.

5 DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O material deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, localizada no endereço Avenida Castelo Branco, 930 – CEP 76970-000, Bairro Pioneiros, ou no Almoxarifado da Câmara Municipal definido no momento da entrega. As entregas deverão

ser realizadas nos horários de expediente administrativo, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 13h, salvo acordo prévio formalizado com o responsável pelo Almoxarifado.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, que deverá emitir relatório de inspeção ou documento equivalente, detalhando eventuais não conformidades em relação às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo. A contratada deverá realizar a substituição no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação, sem custos adicionais para a Administração Pública. Caso não seja cumprido o prazo, poderá ser aplicada penalidade, conforme previsto no contrato ou legislação aplicável.

5.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade em relação à qualidade e quantidades especificadas, sendo formalizado por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente elaborado pelo responsável pela fiscalização.

5.6 Na hipótese de a verificação referida no subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, o recebimento definitivo será considerado consumado no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho, salvo se outro prazo for formalizado e acordado entre a Administração e a contratada.

5.8 A CMPB, conforme disposto no Art. 117 da Lei nº. 14.133/2021, designará representantes para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais desta contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.9 As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6 DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar desta dispensa as pessoas jurídicas que atendam às condições deste TERMO, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação.

6.2 A participação nesta dispensa de licitação será exclusivamente destinada às Microempresas - ME, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07), e empresários individuais enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas neste instrumento e na legislação vigente.

6.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do proponente, não sendo a Câmara Municipal de Pimenta Bueno -RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos.

6.4 Não será admitida, nesta dispensa de licitação, a participação de pessoas jurídicas que:

6.4.1 Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, salvo se comprovar a sua reabilitação;

6.4.2 Incidir no estipulado no art. 9.º da Lei n.º 14.133/21;

6.4.3 Incorrer em outros impedimentos previstos em lei;

6.4.4 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.5 Empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente;

6.4.6 Empresa que não atendam às condições deste TERMO DE REFERÊNCIA e seu(s) anexo(s).

6.5 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

6.5.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.5.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.5.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.5.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.5.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.5.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1 O ingresso do participante na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

7.2 O participante interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

7.3 Para participar da dispensa eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico de contratações através do site <https://licitanet.com.br/>.

7.4 A participação na Dispensa Eletrônica se dará exclusivamente através do HOME BROKER, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.5 É de exclusiva responsabilidade do participante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a LICITANET – Licitações On-line responsabilidades por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 O cadastramento do participante junto a Plataforma Eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.7 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

7.8 Os valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.8.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 2 (reais).

7.10 A empresa contratada deverá dispor de pessoal suficiente e qualificado para realizar a entrega dos produtos no local indicado pela Câmara Municipal, de forma a garantir a celeridade e qualidade no atendimento das demandas. A entrega deverá respeitar os horários de expediente estabelecidos no Termo de Referência.

7.11 Os produtos deverão ser entregues conforme a quantidade e especificação da embalagem descrita no Termo de Referência. Não serão aceitas entregas que não estejam em conformidade com as descrições apresentadas neste documento e na proposta comercial da contratada.

8 DO VALOR ESTIMADO

8.1 O valor total estimado para as aquisições é de R\$: **7.058,72 (sete mil, cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos)**. A presente dispensa de licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no item 1 – Definição do objeto, sendo facultado ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

8.2 A estimativa de preços apresentada visa à análise da viabilidade da contratação. O custo da contratação foi aferido a partir do disposto na IN 65, de 2021, utilizando dois parâmetros de forma combinada, sendo eles: consulta a ferramenta Banco de Preços, Pesquisa de Preços junto ao PNCP, Pesquisa de Preços no Portal Licitanet, e Pesquisa de Preços direta com fornecedores da região, sendo adotado a MÉDIA ARITIMÉTICA OU/E MEDIANA DOS PREÇOS OBTIDOS, de modo que os preços que se apresentarem excessivamente elevados foram desconsiderados da formação do valor estimado.

9 EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

9.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

9.2 O envio de toda a documentação de habilitação junto a proposta atualizada é OBRIGATÓRIO, sendo que a autenticidade dos documentos enviados poderá ser verificada. para fins de agilidade na conferência, é preferível o envio nas ordens do Edital.

9.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE JURÍDICA

9.3.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.3.2 Cópia da Cédula de identidade e do CPF dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa;

9.3.3 Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

9.3.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

9.3.4 Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

9.3.5 Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

9.3.6 Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

9.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda, mediante apresentação da certidão de débitos relativo Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade;
- d) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS, dentro da validade;
- e) Prova de inexistência de débitos trabalhista (CNTD), ou certidão positiva com efeitos de negativa;

9.4.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

9.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 60 (SESSENTA) DIAS.

9.5.2 Por se tratar de aquisição de bens de baixo valor, fica dispensada a apresentação do Balanço Patrimonial e as demais peças contábeis.

10 DECLARAÇÕES

a) DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO II) DO EDITAL

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa de Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- ✓ Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

✓ Inexistem fatos supervenientes ao seu cadastramento junto a Câmara de Vereadores do Município de Pimenta Bueno, impeditivos para a sua habilitação na presente licitação.

b) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

11 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação deverá observar os critérios de sustentabilidade contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

11.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia contratual dos artigos. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

11.3 O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho, salvo se outro prazo for formalizado e acordado entre a Administração e a contratada.

12 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 Nos termos do art. 117º da Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.3 O responsável pela fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento OU do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

13 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos materiais, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, número do empenho, e o número da Conta Bancária da futura CONTRATADA, para depósito do pagamento que deverá ser efetuado no prazo máximo de até (dez dias) úteis, contados da finalização da liquidação da despesa,

13.2 A liquidação da despesa deverá ocorrer no prazo de 10 (dez dias) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13.3 Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE, a partir da análise do Controle Interno da CMPB, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.

13.4 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5 Para cada Nota de Empenho emitida pela Administração, a contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado, não sendo admitida a emissão de nota fiscal englobando empenhos distintos.

13.6 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar em definitivo a execução do objeto do contrato.

13.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8 Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal, constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto, informando, ainda, o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

13.9 A CONTRATADA deverá apresentar junto ao documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

I – Certidão de Regularidade como FGTS.

II – Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal.

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

IV – Certidão de Regularidade Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

13.10 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM=Encargos Moratórios;

I=Índice de compensação financeira(0,0165), assim apurado:[12(taxa percentual anual) / 365 (dias) = 0,0165];

N=Número de dias entre a data limite para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP=Valor da Parcela paga;

13.11 Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, inclusive, quando foro caso, as retenções previstas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, que altera a INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 e estabelece a obrigatoriedade da retenção do Imposto de Renda (IR) pelos Órgãos, Unidades Administrativas (Secretarias, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações), sobre todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos realizados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14 As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2026, e terá a seguinte classificação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 01.01.01.031.0001.2001 – Manutenção das atividades do legislativo. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

15 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste TR.

15.2 Quando do julgamento por Lote, o participante deverá cotar todos os itens do lote desejado sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

15.3 Quando do julgamento Global, o participante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

15.4 Para fins de habilitação, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital.

15.5 Os preços de referência serão definidos por meio de cotação de preços, atas ou, por meio de bancos de preços ou outro método válido utilizado pelo setor competente.

15.6 Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação.

15.7 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa, na forma Eletrônica.

15.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

15.9 As propostas comerciais, bem como os documentos que comprovem a pesquisa de mercado, integrarão o processo administrativo de contratação, garantindo transparência e rastreabilidade do procedimento.

16 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 Na presente contratação não será firmado contrato administrativo, sendo neste caso a Nota de Empenho o documento responsável pelo firmamento das obrigações entre as partes.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com os documentos integrantes do presente processo de contratação;

17.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

17.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

17.1.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.1.5 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

17.1.6 Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

17.1.7 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 Cumprir fielmente as exigências da contratante, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

18.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CMPB;

18.3 Responder pelos danos causados diretamente a CMPB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

18.4 Responder ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da CMPB quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

18.5 Comunicar ao setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

18.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.

18.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

18.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

18.9 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

19 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 – LGPD

19.1. Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d. Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATADA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item c acima;

e. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

f. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD;

19.2 A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula;

19.3 O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato;

19.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

19.5 A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor;

19.6 A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Pimenta Bueno/RO, 16 de abril de 2026.

20. RESPONSÁVEIS

Elaborado por:

LUCAS DE ALBUQUERQUE SILVA
Assistente de Almoxarifado, Patrimônio e Frotas

Aprovado por:

MARCIA PEREIRA RIOS
Diretora Administrativa

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO II

MODELO PROPOSTA

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Edital de DISPENSA ELETRÔNICA nº 007/2026/CMPB em referência seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa proposta de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: aquisição de materiais elétricos básicos de uso comum – lâmpadas, luminária, fios e outros, destinados à manutenção corretiva e preventiva, bem como à melhoria da infraestrutura elétrica da Câmara Municipal de Pimenta Bueno, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

PROPOSTA COMERCIAL

[illegible]

1. Validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data do limite para recebimento das propostas.

2. Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da Dispensa de Licitação. em referência.

EMPRESA:

CNPJ:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:

CARGO:

CPF:

RG:

TELEFONE:

E-MAIL

(Local e data)

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026/CMPB.

A... **(nome da empresa)**..., CNPJ/MF Nº..., sediada... **(endereço completo)**..., telefone para contato (...)..., e-mail..., declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação do Pregão na forma eletrônica, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;

- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa de Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- ✓ Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
- ✓ Inexistem fatos supervenientes ao seu cadastramento junto a Câmara de Vereadores do Município de Pimenta Bueno, impeditivos para a sua habilitação na presente licitação.
- ✓ Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com a Câmara Municipal de Pimenta Bueno, que não possuímos em nosso quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

(Local e Data).

(Responsável legal e assinatura)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
L/C 123/06

À Câmara Municipal de Pimenta Bueno
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026/CMPB

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____. DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

- () **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;
() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.
() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente dispensa de licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal”, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21.

(Local e data).

(Nome, cargo e CPF do Declarante).
CNPJ da empresa